

26 SET 1998

CORREIO BRAZILIENSE

# POR QUE NÃO ANTES?

25  
P  
Josaphat Marinho

Depois de viver a dúvida por largos dias, o presidente da República, afinal, falou diretamente sobre a crise à nação. Ainda assim não disse tudo, nem claramente. Ao afirmar, "não temos nem teremos medo de dialogar com o FMI e outras instituições internacionais", referiu apenas uma parte da verdade. Diante do amplo noticiário da imprensa sobre negociações já iniciadas, cabia-lhe, de modo direto, confirmar ou negar as tratativas denunciadas. Asseverar que "não temos nem teremos medo de dialogar" é forma vacilante diante dos fatos. Nem se trata somente de "dialogar", mas de negociar, vale dizer, de assumir compromissos, como parte que pleiteia valores. Tanto que o jornalista Elio Gaspari apontou divergências no governo entre os que admitem e os que re-pelêm ir ao FMI. (F.S.P., 20.9).

Anunciar que "talvez sejamos obrigados a uma discussão aberta sobre aumento de impostos", após tantos comentários afirmativos dessa providência, revela receio de ser cristalino, indicativo de que não quis assustar o eleitorado. Maior deveria ser a firmeza porque já havia jornal observado que, enquanto o Ministério da Fazenda admitia a hipótese, no Palácio do Planalto, porta-voz adjunto

informava que no governo "não se está pensando em aumento de impostos", (F.S.P., 23.9). É evidente, agora, que "se está pensando", senão o chefe do governo não faria a declaração que fez. A matéria, porém, é de tamanho interesse para a população, e não só com respeito aos contribuintes, que não cabe mencioná-la em estilo indireto, nem de simples presunção. Como sabido, a elevação de tributos repercutirá no custo de vida, a principiar da cesta básica, pois acarreta aumento de preço dos produtos em geral.

Reconheceu o presidente "o desafio de equilíbrio fiscal". E acrescentou: "Para alcançar esse objetivo é simples: fazer logo o ajuste, enfrentando de uma vez as opções e sacrifícios necessários". Se é assim, e se o problema não nasceu agora, por que não "fazer logo o ajuste", mas deixar a solução para depois das eleições? Ou a questão é urgente, ou não é. Se urgente, e se por sua natureza já há estudos, então o correto é "fazer logo o ajuste", em vez de anunciarlo, sem o adotar, corajosamente. Nas crises agudas, o que importa não é a proclamação do mal, mas a aplicação do remédio que o reduz ou o fulmina. Se há medidas que dependem do Con-

gresso Nacional, este se reunirá imediatamente. A campanha eleitoral já está no fim, e a opinião pública informada sobre os candidatos. E, ainda que assim não ocorresse, não há interesse de candidatos que possa sobrepor-se ao interesse do Estado e da sociedade. Os cidadãos ficam sem entender: diz-se que é preciso "fazer logo o ajuste", e se adia a decisão para depois das eleições. De duas, uma: ou não tem o governo a solução adequada, ou o adiamento visa a que o corpo eleitoral não conheça as providências, que serão duras, antes do exercício do voto. De qualquer modo, ou o governo foi imprudente, não elaborando oportunamente a decisão apropriada, ou não quer transmitir no povo, desde já, a gravidade da situação, para não despertar consciências ainda iludidas.

Certo é que jornal não hostil ao poder federal assinala em título com relevo: "O arrocho vem aí", enumerando diversos atos que o comporão, como cortes de quatro bilhões nas despesas, elevação dos juros, demissão de servidores (C.B., 23.9). Já não há dúvida que assim será, depois do discurso presidencial. A propósito da demissão de servidores, outro jornal, igual-

mente sem hostilidade ao governo, já noticiou, e sem contestação, que o projeto "está pronto" (O Est. de S.P., 22.9). Ora, se o presidente, a pretexto de informar a opinião coletiva, discursou longamente sobre a crise, não podia gerar novas dúvidas. Se declarou, ao tratar do corte de despesas e do possível aumento de impostos, que tudo será feito com negociação e transparência, sem surpresas", esse diálogo com a coletividade havia de começar agora, antes do voto. É a forma transparente de tratar de problemas do interesse geral. Situando-os publicamente, e acentuando a urgência das soluções, não é lícito nenhum adiamento ou atraso.

Convocado o corpo eleitoral para votar em eleições presidenciais e estaduais, no dia 4 próximo, e sendo o presidente candidato à reeleição, sua posição não deve ficar exposta, por qualquer motivo, a julgamento equívoco. O que pode ser praticado ou proposto, em razão da gravidade e da urgência confessadas, não deve tardar, sem justa causa comunicada à população. Senão, poderá correr a suspeita de conveniência, que não deve atingir a imagem presidencial.

■ Josaphat Marinho é senador pelo PFL da Bahia